

Ata da Reunião do Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária-CNES

Brasília/DF, 02 de julho de 2025

Aos dois dias do mês de julho, o Secretário Gilberto Carvalho deu início à reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária, saudando os conselheiros e conselheiras. Gilberto então informou que, devido à complexidade e quantidade de temas, os trabalhos seriam divididos em duas reuniões. A segunda reunião, informou ele, ocorreria na quinta-feira seguinte, dia 10 de julho, no mesmo horário. Estavam presentes os seguintes participantes: Abilene Pereira de Brito – FBES, Admirson Medeiros Ferro Júnior – ADS / CUT, José Alex Borges Mendes – CONAQ, Carlos Alencastro Cavalcanti – FBES, Celecina Rodrigues dos Santos – FBES, Etiane Araldi – Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares, Fernando Zamban – SENAES, Francisco Jose Couceiro de Oliveira – SENAES, Geni Rosangela Dias – FBES, Guicelma de Macedo – FBES, Iracema Ferreira de Moura – SENAES, Renata Moustapha Correa – BNDES, Poliana Fereira Da Silva – SENAES, Priscila Silva Coelho – OCB, Rosemary Gomes – FACES do Brasil, Tatiana de Souza Santos – SGPR, Tatiane Nascimento Conceição Valente – FBES, Francisco Josué Medeiros de Freitas – MDR, Lidia Vieira Rocha Roza – Banco do Brasil, Daniel Seidel – CNBB, Elaine Corado Souza – SENAES, Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro – FBES, Francisco José de Lima Santiago – Cáritas Brasileira, Maria Paula Neves Loes Maurmo – Caixa Econômica Federal, Marta Trindade Veloso Fulcar – SENAES, Sérgio Godoy – SENAES, Adalberto Felício Maluf Filho – MMA, Alexandro Cardoso – MNCR, Alfredo Jairo dos Santos – Rede de Gestores, Alison Ramon dos Santos e Silva – MDS, Alzira Josefa de Siqueira Medeiros – FBES, Ana Caroline Carmo da Silva – FBES, Antonia Vanderlucia de Oliveira Simplicio – SENAES, Arildo Mota Lopes – UNISOL Brasil, Carlos Alberto Grana – DIEESE, Carlos Laran Taborga – FBES, Aparecido Alves de Souza, Dayvid Souza Santos – MCTI, Décio Nery de Lima – FBES, Éderson Moreira Ramos – CONCRAB, Elza Santiago – FBES, Euler Antônio Luiz Mathias – Banco do Brasil, Kézia Alice dos Prazeres – FBES, Kristiany Mariely Bender – FBES, Lidiane Freitas Conte – SENAES, Marcos Lael de Oliveira Alexandre – MEC, Maria Helena Mendes Pinheiro – FBES, Maria José dos Santos – ASA, Maria Valeria de Moraes Silva – FBES, Quêner Chaves dos Santos – MPA, Rogério Antonio Mauro – MDA, Samara Landim de Alencar – SENAES, Sandro Benedito Sguarezzi – UNITRABALHO / UNEMAT, SENAES - Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES, Stélio Gama Lyra Junior – Instituto NECO (INEC), Tiago Gonçalves Pereira Araujo – MDR, Vanessa Patrícia Machado Silva – Igualdade Racial, Vicente Raimundo de Almeida Neves – GTA, Zander Soares de Navarro – MAPA, Helen Cassia Nunes e Silva – Banco do Brasil, Thiago Augusto Dias Carvalho Braz. **Gilberto Carvalho** então apresentou a pauta da reunião: primeiro, uma atualização sobre o comitê permanente e as indicações em aberto; segundo, o andamento dos comitês temáticos e suas composições; terceiro, a participação das mulheres da Economia Solidária na Conferência Nacional de Mulheres; quarto, informações sobre as datas e andamento das conferências nacionais; quinto, a interface com as demais conferências; sexto, a participação do Conselho Nacional da Ecosol no Interconselhos; sétimo, a presença da Ecosol na COP 30; oitavo, o programa Educar e Cooperar; e, por fim, o nono ponto, o Programa Manuel Querino. Ele propôs que a reunião avançasse o máximo possível nos pontos e, caso não fosse possível concluir todos, os restantes seriam discutidos na próxima reunião do dia 10. Gilberto então questionou se alguém teria mais algum ponto a acrescentar, e Alzira Medeiros pediu a palavra: Ela levantou preocupações no sentido de que estão surgindo várias questões com relação à conferência e pediu para dar uma priorizada nisso, saber se já tem uma programação, como está a estrutura de infraestrutura, traslado, essas informações que não estamos tendo. Parece que houve uma mudança na interlocução com a SENAES e seria importante termos essa informação. Gilberto respondeu prontamente que concordava com Alzira e informou que, como Fernando precisaria se ausentar mais cedo por conta de uma reunião sobre a conferência, o ponto sobre a conferência seria priorizado na pauta. **Fernando Zamban** iniciou sua exposição informando que ia dar uma passada geral. Ele informou que as conferências estaduais foram encerradas no último dia 14 de junho, com exceção de três estados – Mato Grosso, Rondônia e Amapá – que tiveram o prazo estendido por conta de dificuldades específicas. Ele informou que todas as unidades da federação já realizaram suas

respectivas etapas estaduais, com delegados eleitos e suplentes indicados. Em dois estados, houve a eleição de delegados além do número previsto pela resolução de redução aprovada no ano anterior. Essas situações estão sendo resolvidas por meio de diálogos virtuais entre os coletivos e os próprios delegados. Ao todo, foram realizadas 182 conferências locais preparatórias às estaduais e mais 14 conferências temáticas ou livres, totalizando um amplo processo participativo. Há cerca de três a quatro semanas, a comissão nacional se reuniu para alinhar encaminhamentos, entre eles, a abertura do processo de inscrição dos delegados para a etapa nacional. Foi ressaltado que, embora o delegado tenha direito à participação por ter sido eleito na etapa estadual, sua presença na conferência nacional só será garantida mediante inscrição formal. Para isso, a comissão nacional enviou um comunicado às comissões estaduais explicando os procedimentos logísticos e orientando os delegados a preencherem um formulário de inscrição com seus dados atualizados, confirmando sua participação. Caso algum delegado informe que não poderá participar, a comissão estadual será acionada para indicar o suplente correspondente. Também foi reforçado que, por limitações orçamentárias e operacionais, não será possível arcar com o custeio do deslocamento terrestre dos municípios de origem até os aeroportos regionais. A comissão cobrirá os custos da passagem aérea, traslado em Brasília, hospedagem, alimentação e infraestrutura da conferência. No entanto, o deslocamento até o ponto de embarque aéreo será de responsabilidade dos participantes, algo que já havia sido sinalizado em reuniões anteriores e em algumas etapas estaduais. Até o momento da reunião, mais de 500 delegados e delegadas haviam preenchido o formulário de inscrição. No entanto, houve dificuldades porque nem todos os estados haviam enviado, de forma completa, as listas de delegados e suplentes. Outro ponto destacado foi que os formulários de inscrição não foram enviados a estados que ainda não entregaram a documentação completa exigida: relatório final da conferência estadual, lista de presença, lista de delegados e suplentes, lista de propostas aprovadas e registros audiovisuais (fotos e vídeos). Esses cinco itens são essenciais para validar a participação e garantir a transparência do processo. Sem esses dados, a comissão organizadora não pode assegurar que os nomes enviados estiveram de fato presentes nas etapas estaduais. Até então, já haviam sido emitidas cerca de 150 passagens. Na última segunda-feira, foi discutido um rascunho da programação da conferência, marcada para ocorrer entre 13 e 16 de agosto. Essa proposta segue o esqueleto aprovado pelo conselho presencial em abril, sob coordenação da comissão de metodologia. Segundo o planejamento preliminar, o dia 13 será destinado à chegada das delegações, com check-in e credenciamento sendo feitos em Luziânia (GO). Após isso, os participantes se deslocarão para Brasília, onde haverá um ato de abertura e jantar. A programação dos dias 14 e 15 será dedicada à análise de conjuntura, balanço do processo e debate das propostas em grupos temáticos. No dia 16, sábado, ocorrerá a plenária final para deliberação e encerramento das atividades, com previsão de término até as 13h para facilitar o retorno dos delegados aos seus estados. Por fim, foi feito um apelo para que os conselheiros e comissões estaduais não desestimulem os delegados a se inscreverem, mesmo diante das dificuldades com o deslocamento terrestre. A comissão está avaliando soluções viáveis, como a contratação de ônibus diretos nos estados ou a possibilidade de transferências específicas (TEDs) para apoio logístico, respeitando os limites da legislação e da gestão pública. Novas atualizações estão previstas para a próxima segunda-feira, em nova reunião da comissão organizadora. Em seguida, dirigiu-se às demais colegas da coordenação, perguntando se lembravam de algo que ainda precisasse ser tratado. **Marta Fulcar** explicou que a comissão está trabalhando intensamente na construção da programação e que, inclusive, está sendo feito um esforço para a presença de convidados importantes, inclusive internacionais. Ela destacou ainda que está sendo articulada a realização do ato de abertura no Palácio do Planalto, com a possível presença do presidente Lula. Apesar de ainda não haver confirmação oficial por conta da agenda presidencial, reforçou-se a importância simbólica e política desse ato para o evento. Também está em avaliação a possibilidade de, no primeiro dia, além do ato no Planalto, realizar uma ação no Legislativo. A ideia é que os participantes que chegarem pela manhã façam o credenciamento e check-in em Luziânia (GO), retornando a Brasília para os atos oficiais. Já os que chegarem à tarde ficariam direto na capital, participariam do ato e seguiriam com a caravana à noite

para o local do evento. Outro ponto apresentado foi o andamento da sistematização das informações, que ainda está comprometido pela falta de envio de relatórios por parte de alguns estados. Quatro ou cinco estados ainda não entregaram os documentos necessários, o que impede o fechamento da sistematização nacional. Também foi lembrado que todos os conselheiros titulares do Conselho Nacional da Ecosol são delegados natos da conferência nacional e, por isso, devem preencher o formulário de inscrição enviado por e-mail. Caso estejam impedidos de participar, devem formalizar sua ausência para que o suplente seja acionado, respeitando o limite atual de 56 integrantes do Conselho. Foi esclarecido ainda que coordenadores do Programa Paul Singer, chefias de núcleos ou superintendências só são delegados caso tenham sido eleitos no processo preparatório. Por fim, afastou-se qualquer rumor de que a conferência estivesse ameaçada por cortes orçamentários: até o momento, os recursos alocados para o evento estão mantidos. Em seguida, Gilberto Carvalho abriu a palavra para manifestações. **Alzira Medeiros** destacou a importância de estabelecer um prazo para o envio dos relatórios estaduais, já que o documento de referência nacional é fundamental para orientar os debates da conferência. Alzira também relatou não ter recebido o link de inscrição e perguntou sobre o procedimento correto para os conselheiros. Por fim, trouxe uma questão específica de Pernambuco: como a conferência estadual foi realizada em 2023 e muitos delegados eram gestores públicos que já não estão mais na gestão, ela sugeriu que, na ausência de suplentes gestores, as vagas poderiam ser repassadas aos suplentes de empreendimentos, evitando o esvaziamento da delegação estadual. Na sequência, **Dettmann Mendes**, do Espírito Santo, relatou dificuldades com e-mails incorretos e problemas de comunicação. Muitos delegados informaram não ter recebido o link de inscrição. Ele destacou que a comissão estadual está reunindo os casos para correção e comunicará novamente os delegados. Também informou que há um caso de delegado que precisa de acompanhante, cuja necessidade foi registrada no formulário, mas sem retorno sobre o procedimento para garantir essa condição. Dettmann agradeceu e informou que o Espírito Santo realizará uma reunião preparatória com seus delegados no dia 29 de julho para fortalecer a mobilização em torno das propostas estaduais. Gilberto agradeceu e passou a palavra para **Kézia Alice**, da Rede Comsol-ES/FBes. Kézia reiterou a dúvida já colocada por Dettmann sobre o delegado que precisa de acompanhante e fez duas solicitações. Primeiro, sugeriu que a comissão organizadora torne público quais estados ainda não enviaram os relatórios, para que os conselheiros de cada estado possam contribuir com cobranças internas. Em segundo lugar, pediu maior transparência sobre as ações da comissão organizadora, uma vez que, segundo ela, os fóruns estaduais têm recebido pouca informação concreta sobre o que está sendo planejado para a conferência nacional. Kézia reforçou a importância desse diálogo, especialmente em relação à proposta de regulamentação da lei da Ecosol. Ela manifestou a necessidade de que a comissão organizadora compartilhe com antecedência as informações e decisões sobre as atividades previstas para a conferência. Segundo ela, é fundamental que os delegados cheguem ao evento cientes dos pontos principais e das tarefas a serem realizadas, para que possam se organizar internamente, construir consensos e garantir a participação efetiva dos seus coletivos. Ela reforçou a importância do envio formal dos relatórios com as definições da comissão, não apenas para conhecimento dos conselheiros, mas também para registro e futura replicação das informações. Na sequência, Gilberto Carvalho anunciou a fala de Francisco Santiago, representante da Cáritas Brasileira. Francisco cumprimentou os presentes e trouxe uma dúvida prática relacionada à emissão das passagens. Ele explicou que havia sido eleito delegado pelo estado do Ceará, mas depois passou a representar a Cáritas no Conselho, em substituição a Marcela. Como preencheu o formulário destinado aos delegados eleitos nos estados e já recebeu sua passagem, questionou se, nesse caso, abrir-se-ia automaticamente a vaga de delegado estadual para o suplente. Ele desejava confirmar essa informação e entender como proceder, já que, segundo a comissão, a passagem já havia sido emitida dentro da cota de delegados. Gilberto retomou a palavra para comentar as observações feitas até o momento. Em relação à substituição de delegados gestores que não estão mais na função pública, ele defendeu que o processo não deve se prender ao formalismo. A não ser que haja conflito com o delegado substituído, os estados, por meio de suas comissões organizadoras, podem redefinir os nomes, sobretudo

quando a pessoa deixa de exercer a função de gestor público. O importante, frisou, é haver comunicação imediata com a comissão organizadora nacional, já que a antecedência na emissão das passagens implica grande economia de recursos. Sobre os acompanhantes, Gilberto destacou que as solicitações devem ser feitas com urgência, indicando os dados completos das pessoas que necessitam de apoio ou que apresentam necessidades especiais, para que a comissão possa garantir as condições adequadas de transporte e alojamento durante a conferência. Na sequência, Gilberto informou que, conforme a atualização repassada por Lidiane e pela interlocutora Raquel, ainda havia três estados que não haviam enviado os relatórios das suas conferências estaduais: Alagoas, Maranhão e Amapá. Inicialmente, mencionou-se também o estado de Mato Grosso, mas foi corrigido em tempo real com base em informação trazida por Vanderlúcia que os documentos já haviam sido recebidos, ainda que recentemente. Gilberto concluiu afirmando que, até o dia 10, espera-se apresentar ao pleno do Conselho tanto o relatório consolidado da sistematização quanto uma proposta de pauta da conferência, conforme havia solicitado anteriormente Kézia Alice. Ele se comprometeu ainda a disponibilizar esse conteúdo também em formato digital, facilitando o acesso e a circulação das informações entre os participantes. Na sequência da reunião, a chefe de gabinete **Marta Fulcar** foi convidada a esclarecer uma dúvida recorrente sobre acompanhantes para a conferência. Ela explicou que, ao preencher o formulário de inscrição, o próprio participante deve indicar se necessita de acompanhante e, em caso afirmativo, responder a um conjunto de perguntas relativas aos dados dessa pessoa. Dessa forma, quando os formulários são corretamente preenchidos, a passagem do acompanhante já é providenciada automaticamente, sem necessidade de envio de informações adicionais. Gilberto Carvalho reforçou que a equipe está se esforçando para alocar o maior número possível de delegados de cada estado no mesmo voo, o que facilita os translado. Ele explicou ainda que, embora nem sempre seja possível reunir todos num mesmo voo devido à chegada dos formulários em ritmos diferentes, isso tem sido priorizado. Ao chegar no aeroporto, os delegados serão recepcionados com ônibus e equipe de apoio para os translado. Ele também informou que os formulários já foram enviados a todos os conselheiros titulares e prometeu verificar o caso específico da conselheira Alzira, caso tenha havido erro de digitação em seu e-mail. Diante do grande número de erros na digitação de e-mails, Gilberto solicitou às comissões estaduais que também repassem os links diretamente aos seus delegados titulares. Com isso, esperam evitar falhas de comunicação e garantir que todos estejam inscritos adequadamente. Em relação à dúvida de Francisco Santiago sobre sua dupla condição de delegado eleito no Ceará e representante da Cáritas no Conselho, Gilberto afirmou que, nesse caso, ele passa a ser delegado nato pelo Conselho, e a vaga de delegado estadual pode ser ocupada por um suplente. Sugeriu que Santiago articule com a comissão estadual a nomeação do novo delegado e lhe deu as boas-vindas em nome da Cáritas Brasileira. Em seguida, **Ana Carolina** relatou que reside em Goiás, muito próximo de Brasília, e questionou o custo elevado e a pouca lógica do deslocamento via aérea para distâncias tão curtas. Contou que, na última reunião, optou por ir de ônibus, mas enfrentou dificuldades com o reembolso, que foi demorado e oneroso para ela, que representa um empreendimento com recursos limitados. Solicitou que, em casos semelhantes, a SENAES possa garantir reembolso imediato na chegada ou, preferencialmente, comprar a passagem terrestre de retorno antecipadamente. Gilberto acolheu a demanda e reconheceu a validade do pleito, ressaltando que a realidade financeira dos participantes deve ser considerada. Comprometeu-se a estudar soluções, como o reembolso imediato ou a compra antecipada de passagens de ônibus, e prometeu apresentar uma proposta na próxima reunião do Conselho. Dando continuidade à pauta, Gilberto iniciou a discussão sobre a recomposição do Comitê Permanente. Explicou que o mandato anterior havia expirado e que as entidades deveriam atualizar suas indicações. Iracema informou que, conforme combinado anteriormente, ocorreram duas reuniões no mês, uma com os empreendimentos e outra com as organizações sociais, e que já haviam sido acordados os nomes das representações de cada segmento. Ela mencionou que Elaine havia elaborado as atas dessas reuniões, e que elas seriam compartilhadas para ajustes finais.

Francisco Santiago, representando a Cáritas Brasileira, relatou que a reunião das organizações sociais contou com a presença de quatro entidades: Cáritas, ADS CUT, a representante da OCB e a Rede ITCs. Ficou acordado que as três organizações já atuantes, Cáritas, ADS CUT e Rede ITCs, continuariam como representantes no comitê. Gilberto confirmou os nomes dos titulares: Francisco Santiago (Cáritas), Almir (ADS CUT) e Etiane (Rede ITCs). Na sequência, Rose, da Plataforma Nacional Faces do Brasil, informou que a entidade não participaria da próxima composição do Conselho Nacional, pois não mais atuaria como pessoa jurídica formal. Alguns de seus membros pretendem criar uma nova rede ou fórum, mas a atual instituição não se candidatará novamente. Iracema então pediu que alguém que participou da reunião dos empreendimentos apresentasse o relato e os nomes definidos. Foi esclarecido que os nomes indicados foram Arildo, da Unisol, e Maíra, da Unicafe, e que o Fórum dos Empreendimentos ficou de indicar o terceiro nome. Iracema agradeceu a contribuição e reforçou a necessidade de confirmação do nome que falta. **Gilberto Carvalho** concluiu que após receber as indicações dos nomes, a recomendação era que fosse feita a portaria correspondente. Em seguida, registrou que **Kézia Alice** havia pedido a palavra. **Kézia Alice**, representando a Rede Comsol-ES e o FBES, explicou que, como Alzira estava com o microfone desligado e não havia outros companheiros identificados na reunião, decidiu relatar que houve um consenso em torno do nome dela própria para a indicação. Disse que, naquele momento, estava sendo indicado apenas seu nome, sem suplente. Destacou duas reflexões importantes para o grupo: primeiro, desde outubro, quando começaram as reuniões, havia sido dito que, em breve, discutiriam o regimento interno e a estrutura das comissões e comitês, o que ela considera fundamental para garantir a participação efetiva dos empreendimentos. Em segundo lugar, Kézia defendeu que fosse pensada uma estrutura de suplência, para dar mais fôlego aos representantes que participam voluntariamente. Além disso, ressaltou a necessidade de discutir o conceito de “empreendimento”, lembrando que a lei define que o empreendimento precisa ter atividade econômica permanente. Segundo ela, há uma diferença entre as entidades que apoiam empreendimento (que têm CNPJ próprio, mas não atuam diretamente como empreendimento) e os próprios empreendimentos. Considera que essa distinção precisa ser revista futuramente, para garantir segurança na regulamentação da lei, evitando que todas as entidades passem a se reconhecer como empreendimento. Finalizou dizendo que trazia esses apontamentos em nome do fórum e agradeceu. **Gilberto Carvalho** registrou então que ela passaria a integrar o Comitê Permanente e reforçou que, formalmente, ainda seria necessário elaborar uma portaria do ministro para oficializar a designação. **Iracema** complementou que, no caso da indicação do fórum, seria considerada a ata daquela própria reunião, já que o nome não havia sido definido na reunião específica dos empreendimentos. **Gilberto Carvalho** reforçou a necessidade de que houvesse um instrumento formal, mesmo que fosse apenas a ata, para garantir que a portaria fosse baseada em documento oficial. Passado esse ponto, **Gilberto Carvalho** anunciou o próximo tema da pauta: os comitês temáticos. Pediu que **Iracema** introduzisse o assunto. **Iracema** explicou que, na reunião presencial de dezembro, havia a intenção de discutir o papel dos comitês temáticos para, então, elaborar a resolução de constituição de cada um deles. Contudo, como a pauta foi extensa, não foi possível avançar naquele momento. Relatou que, mesmo assim, foi iniciado o processo de definição dos comitês e quem participaria deles. Quem estava presente na reunião pôde se inscrever imediatamente. Depois, foi enviado um levantamento para que os demais conselheiros, que não estavam presentes, também pudessem se inscrever. Lembrou que, pelo regimento interno, cada conselheiro pode participar de até dois comitês e que cada comitê pode ter no máximo dez integrantes. Ela relatou que, até aquele momento, apenas o comitê temático do Marco Legal vinha conseguindo se reunir e funcionar de fato. Explicou que esse comitê já tinha inclusive uma proposta inicial de resolução para apresentar ao conselho. Observou que os outros comitês contavam apenas com listas de nomes e que, diante da realidade atual, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) não teria condições de conduzir a animação desses comitês até a realização da Conferência Nacional. Iracema detalhou que seria necessário primeiro promover conversas para definir o papel de cada comitê, seus objetivos e, assim, elaborar resoluções específicas – como foi feito no comitê do Marco Legal. Ela frisou que, caso os conselheiros decidissem, poderiam organizar reuniões por conta própria, mas, naquele momento, a Secretaria não conseguiria facilitar nem organizar esses encontros. **Gilberto Carvalho** reconheceu a dificuldade e reforçou que a equipe estava muito concentrada em viabilizar a conferência, enfrentando problemas financeiros, burocráticos e operacionais que consumiam toda a atenção.

Explicou que, por isso, não havia condições de puxar as reuniões dos comitês nesse momento, mas lembrou que o conselho tinha autonomia para se auto convocar. Sugeriu, então, que fosse socializada a composição das comissões para todos os conselheiros, por e-mail ou comunicado oficial, para que todos soubessem quem estava inscrito em cada comitê. **Iracema** esclareceu que a única que estava funcionando regularmente comissão do Marco Legal, responsável por discutir a regulamentação da Lei Paul Singer detalhou que essa comissão, além da regulamentação da lei, também trabalhava na atualização das normativas do conselho. Explicou que, por causa da intensidade dessas reuniões, que vinham ocorrendo quase quinzenalmente, foi possível perceber que a SENAES não conseguiria, ao mesmo tempo, puxar outros comitês. **Gilberto Carvalho** pediu então que Iracema, Chico e Kézia preparassem, para a reunião do dia 10, um relatório detalhado sobre os encaminhamentos do comitê do Marco Legal, para socializar essas informações com todos os conselheiros e mostrar a perspectiva de conclusão do trabalho. **Kézia Alice** começou dizendo que já havia recebido, sim, um relatório com os nomes dos integrantes de cada comissão, e acreditava ser importante para que outros conselheiros também tivessem acesso. Agradeceu o esforço da equipe da SENAES, reconhecendo o desafio enorme de conciliar a conferência com outras pautas. Entretanto, ressaltou que os comitês temáticos fazem parte do regimento interno e são fundamentais para garantir a transversalidade das políticas públicas, como no caso do Comitê de Mulheres e do Comitê do Cadsol. Contou que está inscrita no Comitê de Mulheres, mas que, na lista que recebeu, só constava o nome dela, apesar de saber que outras mulheres haviam se voluntariado. Comprometeu-se a mobilizar essas outras conselheiras para que preencham a planilha de inscrição. Perguntou se seria possível convidar mulheres que não fazem parte do conselho, mas integram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, para contribuir no comitê. Questionou também qual seria o procedimento para que os próprios conselheiros pudessem organizar as reuniões por conta própria: se bastaria enviar um e-mail com a proposta ou se haveria outro rito. Ao concluir, reforçou que era urgente que o comitê começasse a atuar, já que grande parte das pessoas envolvidas na economia solidária são mulheres, muitas mães solo, negras e periféricas, que acabam ficando fora da discussão por falta de demanda organizada. Disse que queria, inclusive, fazer esse convite a outras conselheiras para recompor o grupo. **Gilberto Carvalho** agradeceu e passou a palavra a **Francisco Santiago**, da Cáritas Brasileira. **Santiago** começou acolhendo as falas anteriores e apontou que, estando próximo da conferência, acreditava ser mais adequado retomar a animação dos comitês logo após esse evento, que deve trazer novos elementos para discussão. Sugeriu também que fosse construída uma agenda de reuniões para organizar melhor a participação, considerando que todos têm outras atividades em fóruns estaduais e conselhos diversos. **Ana Caroline** comentou que sempre defendeu, dentro do conselho, a criação de um comitê específico para Juventude, mas que enfrenta dificuldade porque não há outros jovens para compor o coletivo. Seguiu o mesmo raciocínio de Kézia, dizendo que gostaria de convidar pessoas jovens que atuam na economia solidária, mesmo que ainda não sejam conselheiros, para ajudar a construir a pauta e, no futuro, aumentar a representação da juventude no conselho. **Gilberto Carvalho** passou então a palavra ao **Chico**, que compartilhou sua experiência no comitê do Marco Legal. Disse que esse comitê já tem calendário definido e que as reuniões, inclusive extraordinárias, têm ocorrido para dar conta das propostas que surgem. Reconheceu, porém, que sem a animação da SENAES ficaria muito difícil manter o ritmo em outros comitês. Reforçou que o conselho tem autonomia para se organizar e que não deveria haver impedimento para que os próprios conselheiros dessem continuidade ao trabalho, bastando comunicar formalmente à SENAES. Chico sugeriu que, na reunião do dia 10, além de um relatório sobre os trabalhos já realizados, fosse tornado público quem são os inscritos em cada comitê, para além do envio por e-mail, garantindo que todos tenham acesso. Reconheceu que, diante do foco total na conferência, dificilmente alguém da SENAES poderia participar ativamente da animação dos comitês nesse momento, já que todos estavam concentrados na organização do evento, que ocorreria em cerca de um mês e meio. **Iracema** explicou que queria retomar o que está escrito no regimento interno do conselho sobre os comitês, dialogando com a fala de Kézia. Iracema leu o artigo 15 da seção 3, destacando que o conselho pode instituir comitês temáticos de caráter permanente ou temporário, devendo, no ato de criação, definir objetivos específicos, composição e, no caso dos temporários, prazo para conclusão dos trabalhos. Contou que foi exatamente isso que fizeram no comitê do Marco Legal, que na primeira reunião já definiu coordenador, relator, objetivos, além de deliberar sobre se o comitê teria convidados e quais seriam os critérios para esses

convites. Ela explicou que essa definição inicial precisa ser registrada numa minuta ou documento para que seja apresentada ao conselho pleno, pois quem formaliza a criação do comitê é o próprio conselho e não apenas o grupo que se reúne. Enfatizou que esse era seu entendimento a partir do regimento: que o grupo pode se reunir, construir uma proposta inicial, indicar quem será coordenador, relator e convidados, e depois trazer essa proposta para ser aprovada pelo conselho. **Kézia Alice** procurou esclarecer para que todos compreendessem, inclusive os conselheiros que não estavam presentes na reunião: explicou que quem já está inscrito em algum comitê pode sim chamar uma reunião com os outros membros inscritos, e, a partir daí fazer o mesmo processo que foi feito no comitê do Marco Legal. Pediu que na próxima reunião do conselho fosse incluída na pauta esse ponto específico, para que o tema fosse retomado de maneira oficial, comunicando também no grupo do conselho e assim alinhando quem se propõe a puxar esse processo de animação e participação. **Iracema** reforçou que poderiam preparar um informe oficial para orientar todos sobre esse procedimento, caso fosse decidido assim. **Gilberto Carvalho** concordou, mas fez uma ponderação importante. Pediu bom senso, lembrando que faltava pouco mais de um mês para a conferência nacional e que esse era um momento muito especial. Reconheceu que todas as pautas são importantes, mulheres, juventude, demais comitês, mas afirmou que, no contexto atual, a prioridade absoluta precisava ser organizar e realizar bem a conferência. Disse que quem quisesse mobilizar reuniões, convidar participantes, inclusive de fóruns e entidades externas, estava totalmente livre para isso, quanto mais gente, melhor. Mas enfatizou que a equipe da SENAES, nesse mês e meio restante, não teria condições de se dedicar a essas animações de comitês, pois a demanda da conferência era imensa, e muitas vezes nem mesmo havia quórum completo nas reuniões preparatórias. Explicou que, depois da conferência, o plano seria retomar e relançar os comitês com mais força e estrutura, reafirmando que essa era uma visão realista e responsável diante do momento. **Gilberto Carvalho** então anunciou o próximo ponto da pauta: a participação da economia solidária na conferência nacional de mulheres, que aconteceria logo depois da conferência da economia solidária, em setembro. Perguntou se alguém tinha algum informe sobre isso. **Kézia Alice** pediu a palavra e explicou que, não apenas como representante da economia solidária, mas também pelo trabalho que desenvolve na Rede Mulher Empreendedora, participou de uma reunião com o Ministério das Mulheres, onde foi apresentado todo o organograma da conferência nacional. Contou algo que considerou muito importante: movimentos sociais, organizações e entidades podem organizar suas próprias conferências temáticas livres e, a partir delas, eleger delegadas com direito a passagem, hospedagem e alimentação garantidas para participar da conferência nacional. Kézia relatou que no Espírito Santo já havia esse movimento de organização, e que sabia que no Rio de Janeiro também estava acontecendo algo semelhante. Ressaltou que essa era uma grande oportunidade de trazer o tema da economia solidária para dentro do debate nacional de mulheres, inclusive recuperando espaço que foi perdido durante o período recente de desmonte das políticas públicas. Observou que muitas mulheres da economia solidária não estão mais nos conselhos municipais ou estaduais, seja porque esses conselhos foram esvaziados ou porque perderam força. Explicou que essas conferências livres podem ser feitas até mesmo de forma online e que a cada 50 participantes se elege uma delegada, e a partir de 101 mulheres, três delegadas. Defendeu que a economia solidária deveria ocupar esse espaço, levando sua pauta de forma articulada. Kézia colocou-se à disposição para compartilhar um cronograma, passo a passo de organização e até modelos de documentos que já usou no Espírito Santo, para ajudar quem quisesse organizar algo semelhante em outros estados ou regiões. **Gilberto Carvalho** agradeceu muito pela contribuição de Kézia, classificando como uma ótima sugestão, e em seguida concedeu a palavra para **Raquel Pinheiro**, que fez uma pergunta sobre a situação dos coordenadores estaduais e dos agentes do programa Paul Singer ela levantou uma dúvida sobre os coordenadores estaduais e agentes do programa Paul Singer que não foram eleitos como delegados em seus estados. Perguntou se, mesmo assim, alguns deles poderiam participar e colaborar de alguma forma, assessorando os delegados que foram escolhidos. **Gilberto Carvalho** sinalizou que entenderam a pergunta e que responderiam em seguida, pedindo paciência. Na sequência, **Gilberto Carvalho** passou a palavra para **Alzira Medeiros** que retomou a discussão sobre a conferência de mulheres, destacando a importância de socializar o relatório temático produzido pela conferência temática de mulheres da economia solidária, realizada como etapa preparatória para a conferência nacional da economia solidária. Observou que esse relatório contém questões muito relevantes que poderiam ser apresentadas já como contribuição das

mulheres da economia solidária para a conferência nacional de mulheres, ajudando na construção de políticas públicas. Ela contou que, em Pernambuco, existe um fórum de mulheres que está buscando diálogo mais próximo com o fórum estadual de economia solidária e que, paralelamente, já estão acontecendo conferências municipais e territoriais onde as mulheres têm participado. No entanto, reconheceu que, mesmo as mulheres que estão envolvidas com a coordenação da conferência e outras agendas, têm enfrentado dificuldades para acompanhar todas essas conferências devido ao acúmulo de demandas de participação social e política. **Alzira Medeiros** comentou que a grande quantidade de conferências, embora positiva por ampliar o debate, acaba gerando confusão e dificultando uma participação qualificada. Em Pernambuco, contou ela, o fórum de participação social decidiu coletivamente priorizar três conferências: a de mulheres, a de desenvolvimento rural sustentável e a de direitos humanos. Explicou que essa decisão buscou concentrar esforços nas que, pela realidade local, foram consideradas mais estratégicas. Concluiu reforçando que, naquele momento, acreditava que a ação principal deveria mesmo ser canalizada para a conferência nacional da economia solidária. **Gilberto Carvalho** agradeceu muito a fala de Alzira e, antes de chamar a próxima inscrita, comentou que teve uma ideia que poderia ajudar nesse processo: sugeriu que, independentemente da mobilização das mulheres em seus estados ou da eleição de delegadas, o comitê temático das mulheres preparasse uma intervenção específica para ser levada à conferência nacional de mulheres. Ressaltou que seria uma forma de garantir que as reflexões produzidas na conferência temática de mulheres da economia solidária tivessem espaço na conferência nacional, fortalecendo a integração entre os temas. Defendeu que isso seria justo, especialmente pelo protagonismo que as mulheres ocupam dentro da economia solidária. **Kézia Alice** pediu a palavra para complementar, explicando que as conferências temáticas de mulheres, que os coletivos e grupos podem organizar, são consideradas conferências livres e precisam ser inscritas diretamente na plataforma Gov.br, sem passar por nenhuma organização estadual. Destacou que dentro dessas conferências livres é possível definir o tema específico, respeitando os eixos e documentos disponibilizados pelo Ministério das Mulheres. Ela apoiou a sugestão de Gilberto e de Chico, dizendo que seria interessante também mapear quais estados e municípios pretendem realizar essas conferências temáticas livres para que fosse possível dimensionar o impacto e usar esses dados como forma de incidência política. **Gilberto Carvalho** então agradeceu e disse que algumas providências seriam tomadas: informou que a SENAES iria estimular oficialmente, por diferentes meios, a participação das mulheres nas conferências. Comentou que fariam isso por meio de boletim, numa próxima live e usando a lista de transmissão, além de pedir para a Lidiane entrar em contato com a coordenação da conferência nacional de mulheres para compartilhar que já houve uma conferência temática livre das mulheres da economia solidária, solicitando apoio. Reforçou que a ideia era mobilizar ao máximo as mulheres para participar. Em seguida, anunciou o próximo e último ponto da reunião do dia: discutir a participação de representantes do Conselho Nacional de Economia Solidária no Interconselhos. Perguntou quem exatamente do conselho participa desse espaço. Foi esclarecido que foram seis os indicados: Sandro, Alzira, Arildo, Kristiane, Marcela e Celecina, conforme registrado na participação social. **Alzira** informou que não iria mais participar desse colegiado. **Alzira Medeiros** aproveitou para esclarecer que as reuniões do Interconselhos não são mensais: costumam ser duas presenciais no semestre e outras virtuais. Explicou a importância estratégica do espaço, destacando que é um espaço de articulação essencial para a sociedade civil dialogar e influenciar políticas públicas em diversos conselhos, reforçando que o grupo precisava escolher bem suas representações para garantir uma participação articulada e qualificada. **Santiago** confirmou que, caso o conselho encaminhasse, ele continuaria como representante da Cáritas no Interconselhos. **Gilberto Carvalho** agradeceu a disposição de Santiago em seguir. **Iracema Moura** reforçou a fala de Alzira sobre a importância do Interconselhos e contou que, atualmente, existe uma articulação mais próxima entre quatro conselhos: Consea, Congraf, a Comissão Nacional de Agroecologia (Senapo) e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Explicou que esse grupo tem elaborado pautas conjuntas, inclusive contribuindo para a construção do Plano Safra da Agricultura Familiar, lançado recentemente. Iracema comentou também sobre outra articulação, em torno do programa do Alimento Saudável do Nordeste, que será tema de reunião no próximo dia 11. **Etiane**, da Rede ITCPs, complementou dizendo que, caso fosse mantida a representação da Rede ITCPs, quem assumiria seria ela mesma, substituindo Bianca. **Gilberto Carvalho** agradeceu, dizendo que seria muito bem-vinda ao Interconselhos. Já encerrando,

Gilberto Carvalho lembrou que, na próxima reunião, marcada para o dia 10 (quinta-feira), deveriam tratar da montagem da pauta da conferência, discutir a participação da economia solidária na COP 30 (que enfrenta dificuldades pela situação em Belém), e debater os programas Educar e Cooperar e Manuel Quirino, além de definir quem ocuparia a vaga de Alzira no Interconselhos. **Geni Rosângela**, do FBES, pediu a palavra para informar que participaram da Conferência Nacional do Meio Ambiente, onde apresentaram 18 propostas e conseguiram incluir duas delas entre as 100 prioritárias. **Gilberto Carvalho** parabenizou Geni e agradeceu os relatos, disse que estavam torcendo pela melhora da situação e reforçou que fariam uma reconvocação para garantir melhor quórum na próxima reunião. Agradeceu a todos os conselheiros, tanto da sociedade civil quanto do governo, reconheceu a qualidade do debate do dia e propôs que, no encontro seguinte, também houvesse uma breve análise de conjuntura, considerando o cenário político nacional e os desafios enfrentados. Finalizou dizendo que a economia solidária deveria estar unida e preparada para enfrentar os ataques que vinham acontecendo, agradecendo a presença de todos e se despedindo calorosamente.